



**FL·UC/1911·2011**

# BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Versão integral disponível em [digitalis.uc.pt](http://digitalis.uc.pt)

**MILTON PEDRO DIAS PACHECO**

*Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Coimbra  
Investigador a preparar o doutoramento em História da Arte*

**OS TEMPLOS DAS MUSAS:  
POLÍTICA CULTURAL E CULTURA MUSEOLÓGICA  
NA COIMBRA REPUBLICANA (1911-1926)**

**Resumo**

No seguimento da implantação da I República em Portugal foi confiada a um escol de eruditos e dirigentes estadistas, com fortes ligações à Universidade de Coimbra, a missão de reformular a política cultural nacional e projectar uma nova rede de museus nos principais centros urbanos do país.

Assim, também em Coimbra, após a nacionalização de um conjunto de bens patrimoniais pertencentes ou ligados à Igreja Católica foram estabelecidos os mecanismos fundamentais para a reorganização e concepção de novas instituições museológicas para disponibilizar ao grande público o património arquitectónico e o espólio artístico mais representativo da história Pátria. Procurando enaltecer os grandes valores ideológicos republicanos, alguns dos monumentos citadinos eram então destinados ao serviço da educação e instrução de todas as classes sociais, como iremos demonstrar.

**Palavras-Chave:** Republicanismo, Nacionalização patrimonial, Política museológica, Democratização cultural, Museus conimbricenses.

**Abstract**

Following the establishment of the 1<sup>st</sup> Republic in Portugal, a mission was entrusted to an elite group of scholars and statesmen leaders, with strong connections to the University of Coimbra, to reform the national cultural policy and design a new network of museums in major urban centers.

Therefore, in Coimbra, after the nationalization of a set of patrimonial assets belonging or connected to the Catholic Church, the fundamental mechanisms for the reorganization and development of new museum institutions with the purpose of providing to the public the most representative architectural heritage and artistic estate of Portuguese History were established. As we will demonstrate, in order to enhance the great ideological republican's values, some of the city monuments were at the service of the education and instruction of all social classes.

**Keywords:** Republicanism, Asset nationalization, Museum politics, Cultural democratization, Coimbra's museums.

As sucessivas convulsões políticas e sociais que dominaram os diferentes quadrantes da sociedade portuguesa entre os finais do século XIX e os primeiros anos do século XX culminariam com a proclamação da República no dia 5 de Outubro de 1910. Com a instauração do novo regime fora deposta uma das monarquias mais antigas da Europa e enfraquecido aquele que era considerado um dos seus principais sustentáculos, a Igreja Católica.

Perante a necessidade de consolidar a jovem República, o Governo Provisório avançou rapidamente com a homologação de inúmeros decretos e portarias com força de Lei que levariam à laicização da sociedade e à nacionalização de um vasto conjunto patrimonial das instituições vinculadas à Monarquia.

Núcleo histórico por excelência da Nação, a cidade de Coimbra, berço de monarcas, sede de bispos e assento de escolares, iria servir de *espaço laboratorial* para muitas das políticas e práticas culturais ensaiadas por um escol de eruditos e dirigentes estadistas republicanos com fortes ligações à mais antiga Academia do país.

A expressão máxima da perseguição política encetada contra a *provinciana e beata* Universidade de Coimbra, alvo de severas críticas ao longo de toda a centúria de Oitocentos pelo seu fundamentalismo dogmático, é testemunhada, de facto, com a publicação de um rol de diplomas asfixiantes logo nos meses imediatos à implantação da República.

Homologados os decretos-lei de 18 e 23 de Outubro de 1910, a instituição universitária assistia passivamente à abolição dos actos cerimoniais e juramentos religiosos durante a atribuição de graus académicos previstos nos *Estatutos*, à interdição dos préstitos processionais e participação nas principais festividades do Calendário Litúrgico, que se confundiam com as da própria cidade, e à proibição de matrículas no primeiro ano da Faculdade de Teologia. Suprimida não por ser hostil ou adversa à República mas por ser prescindível à sociedade – “como que um órgão sem função”<sup>1</sup> –, aquela acabaria por dar origem à actual Faculdade de Letras, que este ano celebra os cem anos de existência. Com o diploma de 14 de Novembro era extinta a cadeira de Direito Canónico na Faculdade de Direito, e no ano seguinte,

<sup>1</sup> *A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao País*, Coimbra, Tip. França Amado, 1919, p. 15.

em 22 de Março, Coimbra perdia o monopólio do ensino superior com a fundação das universidades de Lisboa e do Porto<sup>2</sup>.

Disfarçando os verdadeiros intentos, o Governo Provisório, por decreto de 21 de Janeiro de 1911, determinou o encerramento e a extinção do culto na capela de São Miguel, o multiseccular templo integrado no Paço das Escolas<sup>3</sup> afecto à Faculdade de Teologia desde 1902, que servia de palco às principais manifestações corporativas religiosas da Academia conimbricense<sup>4</sup>.

Tendo em conta que “as sciencias entraram definitivamente no periodo da sua emancipação de todos os elementos estranhos á razão [...] e atendendo tambem a que estão destinadas a imperar pelo poder incruento e irreductivel da verdade demonstrada, a qual acabará com as dissidencias das escolas dogmaticas que teem até hoje dividido os individuos e os povos”, como era salientado no decreto de 21 de Janeiro, estabelecia-se que a capela universitária fosse convertida em museu de arte sacra. Sob a supervisão do director do Arquivo da Universidade de Coimbra (art. 4.º), o museu teria como principal acervo as alfaias litúrgicas, livros sagrados e paramentos sacerdotais, bem como um importante conjunto de pintura e imaginária devocional (art. 3.º)<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Fernando CATROGA, “O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)”, *Análise Social*, vol. 100, 1988, Lisboa, pp. 250 a 253; e; Afonso COSTA, *Discursos parlamentares (1911-1914)*, António de Oliveira MARQUES, (Compilação, prefácio e notas), Amadora, Livraria Bertrand, 1976, p. 480.

<sup>3</sup> De modo a legitimar a acção cometida seria ainda despachado pelo mesmo diploma de 21 de Janeiro, embora desnecessariamente, a sua classificação como Monumento Nacional, quando na verdade já estava classificado desde 16 de Junho de 1910, integrado no complexo universitário do Paço das Escolas.

<sup>4</sup> Fora Sidónio Pais, à data vice-reitor da Universidade, que no seguimento do despacho governamental procedera ao encerramento da capela. Manuel Augusto Rodrigues, “Introdução”, António de VASCONCELOS, *Real Capela da Universidade*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra/Livraria Minerva, 1990, p. VII, pp. 36 e 272.

<sup>5</sup> No entanto, o projecto de transformação museológica da capela universitária ficaria estagnado até 1934, aquando da homologação decreto-lei 23.625 de 3 de Março, abrindo as instalações somente em 8 de Dezembro de 1972. O culto seria reactivado em 25 de Outubro de 1936. “Decreto com força de lei de 21 de Janeiro de 1911”, *Diário do Governo*, n.º 18, 23 de Janeiro de 1911, apresentado por António de VASCONCELOS, *Real Capela da Universidade*, [...], pp. 271 a 277.